

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : AMARILDO HAMANN
ADVOGADO : PAULO SÉRGIO CAMPOS LEITE E OUTRO(S) -
SP016292
AGRAVADO : ANTONIO DO PATROCINIO BRANDAO
AGRAVADO : ANA MARIA SILVEIRA BRANDAO
ADVOGADOS : RICARDO NOGUEIRA MONNAZZI - SP241255
EDUARDO NOGUEIRA MONNAZZI E OUTRO(S) -
SP164539
ELAINE CRISTINA PERUCHI - SP151275

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. INDEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA. ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. NECESSIDADE DE REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.
2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).
3. A Corte de origem entendeu que a parte não realizou prova de sua impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais. Alterar esse entendimento demandaria reexame do acervo probatório dos autos, providência vedada em recurso especial.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Antonio Carlos Ferreira.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Brasília, 01 de Abril de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Antonio Carlos Ferreira
Relator

